“Ciência em tensão”: pesquisas em contextos de risco e protocolos de segurança nas Ciências Humanas[1]

Álex Kalil[2]

Resumo

Neste artigo, discuto os desafios da pesquisa qualitativa em contextos de risco e proponho compreender a segurança acadêmica em duas escalas articuladas, que abrangem a realização do trabalho de campo e a proteção coletiva dos espaços em que o conhecimento é produzido. A partir de experiências de pesquisa e do contexto recente de polarização, restrições à liberdade acadêmica e conflitos em universidades, examino dilemas éticos e metodológicos enfrentados nas Ciências Humanas. Sistematizo protocolos de inserção em campo, proteção física, segurança digital e respaldo jurídico, argumentando que a integridade dos pesquisadores, dos interlocutores e dos dados não pode ser dissociada da segurança do campus e da autonomia universitária. Discuto, assim, situações em que a própria universidade passa a integrar o campo de risco. Defendo uma abordagem integrada e situada, que articule responsabilidades individuais e institucionais e fortaleça capacidades coletivas de prevenção, resposta e cuidado.

Palavras-chave: Pesquisa em contextos de risco — ciências humanas — temas sensíveis — segurança do pesquisador — liberdade acadêmica — autonomia universitária.

Abstract

In this article, I discuss the challenges of qualitative research in contexts of risk and propose understanding academic safety at two interconnected levels, encompassing both the

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil, processo nº 2023/01080-0. A pesquisa integra o Projeto Temático “Pluralismo religioso e diversidades no Brasil pós-constituinte”, processo nº 2021/14038-6, coordenado pela professora Paula Montero.

[2] Doutorando em Ciências Sociais pela Unifesp. É pesquisador membro do Projeto Temático Fapesp “Pluralismo religioso e diversidades no Brasil pós-constituinte”, sediado no Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (Cebrap). E-mail: alex.kalil@unifesp.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7430-7713.

conduct of fieldwork and the collective protection of the spaces where knowledge is produced. Drawing on research experiences and on the recent context of political polarization, restrictions on academic freedom, and conflicts at universities, I examine ethical and methodological dilemmas faced in the Humanities. I systematize protocols for entering the field, physical protection, digital security, and legal support, arguing that the integrity of researchers, interlocutors, and data cannot be separated from campus safety and university autonomy. I therefore discuss situations in which the university itself becomes part of the field of risk. I advocate an integrated and situated approach that combines individual and institutional responsibilities and strengthens collective capacities for prevention, response, and care.

Keywords: Research in contexts of risk; Humanities; Sensitive topics; Researcher safety; Academic freedom; University autonomy.

Introdução[3]

A produção do conhecimento científico nunca está completamente estabilizada. Como argumenta Bruno Latour em *Ciência em Ação* (2000), há uma diferença fundamental entre a "ciência em ação", quando conceitos, fatos e teorias ainda estão em disputa, e a "ciência fechada", quando o debate se encerra e os fatos se tornam incontestáveis. No caso das Ciências Humanas, essa estabilização raramente ocorre sem resistência, pois o próprio campo de estudo lida com temas que atravessam disputas ideológicas e políticas. São estes os casos de pesquisas sobre gênero, raça, desigualdade e extremismo. Inspirado na ideia de "ciência em ação", proponho pensar uma "ciência em tensão" para tratar de situações de pesquisa que são atravessadas por temas sensíveis e em disputa no debate público. Assim, busco explorar como as Ciências Humanas têm sido tensionadas por esses processos e, ao mesmo tempo, discutir estratégias e protocolos que garantam a segurança dos pesquisadores em campo e a integridade da produção de conhecimento.

Desde 2025, a relação entre produção acadêmica e contextos políticos voltou ao centro do debate público nos Estados Unidos, após uma série de ameaças e congelamentos de verbas federais dirigidos a universidades como Columbia, Harvard, Princeton, Brown, Cornell e Northwestern, sob alegações de viés ideológico e falhas no enfrentamento do

[3] A ideia para este artigo surgiu de uma discussão realizada em 2023 com as professoras Liana de Paula e Cynthia Sarti, durante a disciplina Pesquisa e Métodos Qualitativos, cursada no doutorado. A reflexão desenvolvida naquele encontro levou-me a reconhecer uma contribuição possível ao debate sobre ética, risco e proteção na pesquisa em Ciências Humanas. Agradeço a ambas por esse debate. Posteriormente, o artigo foi desenvolvido como trabalho de disciplina da professora Melvina Afra Mendes de Araújo, a quem agradeço pelo convite para compor este dossiê. Agradeço também a Lilian Sales, minha orientadora pela orientação que tornou esta reflexão possível.

antissemitismo[4,5]. No mesmo período, a ampliação da atuação do Immigration and Customs Enforcement (ICE) em ambientes universitários e a detenção de estudantes internacionais em casos politicamente sensíveis passaram a integrar esse cenário, produzindo insegurança jurídica, retração da circulação acadêmica e novos constrangimentos à liberdade de expressão e à vida universitária[6]. A reação a essas medidas extrapolou o âmbito administrativo e passou a mobilizar setores amplos da comunidade científica, que denunciaram a crescente politização do financiamento como ameaça à autonomia universitária e à liberdade acadêmica[7,8]. Esses episódios revelam como a produção de conhecimento se tornou um campo de disputa direta, e não apenas simbólica.

No Brasil, pesquisadores que investigam temas como gênero, raça, crise climática, justiça social, direitos humanos e a ascensão da extrema direita enfrentam pressões que dialogam com esse ambiente mais amplo de erosão da liberdade acadêmica[9]. Além da deslegitimação pública de suas agendas e das ameaças no campo jurídico, digital ou físico, observa-se também o impacto direto de políticas internacionais sobre a produção acadêmica nacional.

Em 2025, a interferência ideológica na seleção do programa Fulbright tornou esse processo mais visível, com o veto a candidaturas e projetos associados a raça, gênero e clima, seguido da renúncia da maior parte do Fulbright Foreign Scholarship Board em protesto contra o que seus membros classificaram como interferência política no processo seletivo[10]. Esses episódios indicam que a produção de conhecimento crítico passou a ser atravessada também por mecanismos transnacionais de filtragem ideológica, ampliando o quadro de vulnerabilidade que marca a pesquisa em temas sensíveis.

Esse quadro transnacional, entretanto, não esgota as formas contemporâneas de pressão sobre a vida universitária. Em universidades paulistas, episódios recentes indicam que a disputa também passou a incidir sobre o espaço físico do campus, por meio de

[4] Ver Singh (2025).
[5] Sobre cortes de bolsas e financiamentos no governo Trump, ver Blake (2025).
[6] Ver Weissman (2025).
[7] Ver Casi... (2025).
[8] Ver Free... (2025a).
[9] Para um mapeamento documentado dos ataques à liberdade acadêmica no Brasil e de seus diferentes alvos, ver Brito et al. (2022a).
[10] A gravidade desse processo ficou ainda mais evidente quando, em junho de 2025, todos os membros do Fulbright Foreign Scholarship Board renunciaram em protesto contra a interferência política na seleção de candidatos e na revisão de bolsas já aprovadas. Ver mais em: Knox (2025).

gravações, confrontos e circulação digital. Em janeiro de 2026, um ato realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) terminou em confronto físico após a chegada do ex-deputado Douglas Garcia e de outros políticos ligados à direita[11]. Em março do mesmo ano, a direção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP informou que, durante uma ação do vereador Lucas Pavanato (PL) no campus Butantã, houve registro de imagens sem autorização e que integrantes do grupo que o acompanhava empregaram spray de pimenta e violência física contra estudantes, deixando três alunos lesionados[12].

O episódio ocorrido no campus Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) permite observar outra configuração. Em carta dirigida à Câmara Municipal, a Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp) afirmou que a visita do vereador Kleber Ribeiro (PL), em setembro de 2025, ocorreu sem observância dos procedimentos regulares para convidados externos. A entidade também relatou agressões físicas a estudantes e classificou a ação como "ato deliberado de provocação à comunidade acadêmica". Essas qualificações correspondem à posição pública da entidade e são tratadas aqui como parte da documentação do episódio, não como comprovação autônoma da intenção do vereador. O caso evidencia, de todo modo, a necessidade de procedimentos institucionais capazes de preservar o debate acadêmico e apurar ocorrências dessa natureza[13,14].

A comparação entre esses episódios exige cautela. Em entrevista ao Metrópoles após a ação de março de 2026, Pavanato declarou que sua presença em universidades públicas se inspirava em Charlie Kirk[15], ativista de direita estadunidense conhecido por organizar ações políticas em campi. Essa declaração permite identificar uma referência internacional explicitamente assumida apenas nesse caso. Nas fontes consultadas sobre os episódios de Douglas Garcia e Kleber Ribeiro, não encontrei declaração equivalente nem evidência de coordenação com Pavanato ou com organizações estrangeiras. O que as fontes permitem comparar, em graus distintos, é a presença no campus e, em parte dos casos, a produção de

[11] Ver AGÊNCIA O GLOBO (2025).
[12] Nota da FFLCH sobre o caso, ver Nota... (2026).
[13] Nota publicada pela Unifesp sobre o caso, ver Nota... (2025).
[14] Nota dos docentes da Unifesp Guarulhos sobre o caso, ver Souza (2025).
[15] Charlie Kirk (1993–2025) foi um ativista conservador estadunidense que se tornou uma das figuras centrais da mobilização política de jovens em torno de Donald Trump. Em 2012, aos 18 anos, cofundou a Turning Point USA (TPUSA), organização que cresceu por meio da criação de núcleos estudantis, da formação de lideranças e da realização de eventos em escolas e universidades. Kirk morreu após ser baleado, em setembro de 2025, durante uma atividade na Utah Valley University.

registros audiovisuais para circulação digital, sem transformar essa convergência em prova de influência comum (Bianchi, 2026).

Feita essa distinção, os episódios ajudam a deslocar a escala do problema sem alterar o ponto de partida do artigo. Nas experiências de campo que deram origem aos protocolos, o risco se apresentava sobretudo quando o pesquisador ingressava em ambientes potencialmente hostis. Nos casos recentes, a própria universidade passa a integrar a situação de risco quando ações externas produzem confrontos, exposição não consentida ou interrupções da vida acadêmica. A segurança, portanto, não se limita à proteção individual do pesquisador. Ela alcança as condições coletivas e institucionais que tornam possível produzir, discutir e divulgar conhecimento.

Esse deslocamento não substitui a discussão sobre a pesquisa em campo. Ele a amplia, pois as mesmas disputas que deslegitimam temas e pesquisadores também podem incidir sobre os espaços institucionais em que o conhecimento é produzido. Campanhas públicas, projetos legislativos e pressões institucionais podem restringir o escopo da pesquisa crítica, enquanto ações presenciais e digitais introduzem riscos adicionais à vida universitária. A liberdade científica passa, assim, a ser negociada em meio a disputas morais, interesses políticos e vulnerabilidades concretas. Levantamentos recentes reforçam que esse quadro não se limita a episódios isolados.

A necessidade de pensar conjuntamente essas duas escalas é reforçada pelo relatório Free to Think 2025, da Scholars at Risk, que documenta 395 ataques a comunidades de ensino superior em 49 países e territórios entre julho de 2024 e junho de 2025 (Free..., 2025b). Em paralelo, o Academic Freedom Index Update 2026 identificou um declínio substantivo da liberdade acadêmica em 50 países e territórios ao longo da última década, com destaque para a situação institucional nos Estados Unidos[16].

É nesse cruzamento entre vulnerabilidade individual e responsabilidade institucional que proponho uma reflexão sobre os desafios da pesquisa acadêmica em ambientes polarizados e marcados por tensões políticas. Com foco em pesquisas nas Ciências Humanas, discuto, a partir de experiências de campo e do diálogo com a literatura, dilemas metodológicos, éticos e práticos enfrentados por pesquisadores que lidam com temas sensíveis, agendas controversas e situações de vulnerabilidade. O objetivo é pensar

[16] Ver Free… (2025a) e Kinzelbach, et al (2026).

estratégias que fortaleçam a proteção dos pesquisadores e dos espaços institucionais em que trabalham, assegurando a continuidade da produção de conhecimento crítico em tempos de ataques à ciência e retração da liberdade intelectual.

Metodologicamente, a reflexão desenvolvida neste artigo apoia-se em minhas experiências de pesquisa de campo durante a graduação, mestrado e doutorado. Estas experiências foram realizadas em contextos de polarização política e interação com atores situados à direita e à extrema direita[17]. A recuperação dessa experiência se dá em diálogo com a literatura sobre temas sensíveis, ética em pesquisa e liberdade acadêmica. Nesse sentido, trata-se de uma contribuição voltada principalmente a pesquisas qualitativas no campo das Ciências Humanas, interessada menos em propor um protocolo fixo do que em explicitar como práticas de proteção foram sendo elaboradas, revistas e ajustadas diante de riscos concretos vividos ao longo do percurso investigativo.

A partir dessa base, sustento, ao longo do texto, que a pesquisa em contextos de risco exige uma abordagem integrada de segurança, articulando estratégias de inserção em campo, proteção física, segurança digital, respaldo jurídico e proteção institucional do campus. Mais do que uma dimensão externa ou posterior ao trabalho de pesquisa, a segurança deve ser compreendida como parte constitutiva do próprio processo investigativo, sempre ajustada às condições específicas de cada contexto e partilhada pelas instituições responsáveis pela vida universitária.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira examina a deslegitimação contemporânea do conhecimento e a concentração recente de ataques em espaços das Ciências Humanas. A segunda reconstrói experiências de campo que levaram à formulação dos protocolos. A terceira apresenta estratégias de inserção e proteção física, digital e jurídica, concluindo com a discussão sobre a responsabilidade institucional pela proteção coletiva do campus. A quarta reúne as considerações finais.

[17] Essa trajetória de pesquisa foi consolidada em estudos sobre a circulação da categoria "ideologia de gênero" entre arenas religiosas e civis (Kalil, 2018), as narrativas conspiratórias mobilizadas pela extrema direita durante a pandemia de Covid-19, em trabalho coletivo (Kalil et al., 2021), a formação de públicos conservadores em São Paulo (Kalil, 2022) e, mais recentemente, a tradução de repertórios antigênero em gramáticas legislativas na ALESP (Kalil, 2026).

A guerra contra a pesquisa acadêmica e a deslegitimação do conhecimento

A pesquisa acadêmica tem sido alvo de ataques sistemáticos em diversos países, marcando uma disputa mais ampla sobre o papel do conhecimento na sociedade. Cortes de financiamento, censura curricular e perseguições a pesquisadores fazem parte de um padrão global de hostilidade, especialmente em cenários de radicalização política. Essa ofensiva não se dá apenas por meio de restrições institucionais, mas também por campanhas de deslegitimação pública, que enquadram determinadas áreas do conhecimento como ameaças ideológicas.

O debate sobre liberdade acadêmica tem ganhado cada vez mais relevância em diferentes contextos internacionais. Esse contexto global tem levado diferentes organizações a monitorar e denunciar ameaças à liberdade acadêmica. O relatório da Scholars at Risk (Layus; Alves, 2023)[18] aponta que, em regimes autoritários e democracias em erosão, a perseguição a pesquisadores e a restrição de disciplinas acadêmicas têm sido usadas para minar instituições de ensino e limitar o debate público. O controle da produção do conhecimento se torna, assim, uma ferramenta de manutenção do poder e reforço da desconfiança contra certas áreas do saber.

O primeiro relatório da série "Pensar sem Medo" mapeia metodologias internacionais de monitoramento da liberdade acadêmica, destacando indicadores como autonomia institucional, liberdade de pesquisa e ensino, e segurança de pesquisadores[19]. O estudo aponta que, em países onde há processos de erosão democrática, como EUA, Hungria, Turquia e Brasil, há uma tendência crescente de intimidação a pesquisadores, restrições ao financiamento de áreas do conhecimento consideradas "sensíveis" e tentativas de censura curricular. Em conjunto, esses registros permitem identificar recorrências na restrição da liberdade acadêmica, sem que a repetição de mecanismos semelhantes implique, por si só, comando ou coordenação únicos.

Esse movimento também apresenta uma dimensão transnacional, como indiquei na introdução, sem que isso autorize supor coordenação entre atores situados em países distintos. Medidas adotadas pela administração Trump restringiram o uso de expressões

[18] Ver Layus e Alves (2023).
[19] Ver Brito et al (2022a).

como "direitos humanos", "crise climática", "raça" e "gênero" em editais de financiamento acadêmico. A convergência entre essas iniciativas e outras agendas conservadoras mostra a circulação de mecanismos de controle do que pode ser pesquisado, mas a comparação deve preservar as diferenças entre contextos e graus de evidência.

Na Hungria, o governo de Viktor Orbán promoveu o fechamento de programas de estudos de gênero. Na Polônia e na França, há registros de processos judiciais e pressões políticas contra pesquisadores que investigam movimentos ultraconservadores. Esses casos ilustram diferentes formas de restrição à pesquisa acadêmica, combinando ações governamentais, contestações jurídicas e campanhas públicas. A comparação entre eles permite reconhecer mecanismos recorrentes sem presumir uma única origem ou coordenação.

O Global Public Policy Institute (GPPi)[20] tem sido uma das instituições que analisam esse fenômeno, desenvolvendo uma tipologia de violações à liberdade acadêmica, utilizada no quarto relatório da série "Pensar sem Medo" (2022)[21] para examinar o contexto brasileiro. O estudo do GPPi categoriza essas violações em diferentes dimensões, incluindo ameaças diretas a pesquisadores, censura de conteúdos acadêmicos, tentativas de interferência política em universidades e criminalização de determinadas áreas do conhecimento. A aplicação dessa metodologia permite situar episódios brasileiros em um quadro comparativo internacional, preservando as diferenças entre contextos, agentes e formas de restrição.

Esse processo de deslegitimação da pesquisa acadêmica não atinge todas as áreas do conhecimento da mesma forma. Entre os campos mais impactados, as Humanidades e as Ciências Sociais se destacam como alvos preferenciais, tanto por sua capacidade de promover reflexão crítica quanto por seu afastamento dos critérios de produtividade exigidos por um modelo de universidade orientado pelo mercado. Desse modo, as Humanidades e as Ciências Sociais passaram a ser apresentadas por determinados grupos como "áreas problemáticas", frequentemente associadas ao ativismo político e à suposta ameaça aos valores tradicionais. A desvalorização das Humanidades se fortalece nas redes sociais, onde narrativas de desconfiança contra a academia são amplificadas. Moreira e

[20] Para saber mais sobre o Global Public Policy Institute, acesse: https://gppi.net/. O relatório Forbidden Knowledge: Academic Freedom and Political Repression in the University Sector Can Be Measured. This Is How, de Katrin Kinzelbach e Felix Hoffmann (2018), apresenta uma tipologia de violações à liberdade acadêmica. Disponível em: https://gppi.net/assets/Kinzelbach_Hoffmann_2018_Forbidden_Knowledge.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.
[21] Ver Violações... (2022).

Pereira (2024)[22] analisam como essa desvalorização das Humanidades é articulada no Twitter, identificando padrões discursivos que associam essas áreas do conhecimento à inutilidade e à imposição de ideologias. Esse tipo de retórica, além de reforçar um senso de crise na universidade, também serve como base para justificar cortes de financiamento e o cerceamento de pesquisas críticas.

Essa deslegitimação assume, nos episódios recentes, uma camada territorial e performática, sem substituir a gramática anterior da guerra cultural organizada em torno das acusações de doutrinação e balbúrdia e dos ataques às políticas de cotas (Ares et al., 2022; Percassi et al., 2024). Ao analisarem as incursões de 2025 na FFLCH-USP, Tróis e Nascimento (2026) interpretam a faculdade, nesses discursos, como metonímia da USP, da universidade pública e das próprias Ciências Humanas. A recorrência observada na FFLCH-USP, no campus Guarulhos da Unifesp e no IFCH-Unicamp permite examinar como espaços das Humanidades se tornam palcos simbólicos de confrontação. Nos casos estudados pelos autores, a filmagem não apenas registra o conflito, mas integra a circulação digital da ação. A comparação sugere um repertório convergente de presença no campus, registro audiovisual e disputa pela legitimidade do conhecimento. Ela não demonstra coordenação, influência comum ou identidade de intenção entre todos os envolvidos.

A dimensão territorial, contudo, articula-se também à disputa jurídica. O estudo "Liberdade de aprender e ensinar: reflexões a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos"[23] examina decisões judiciais relacionadas ao ensino e explora os limites entre liberdade de expressão e proteção de direitos fundamentais. O estudo mostra que alegações de "doutrinação ideológica" têm sido mobilizadas em contestações contra professores e pesquisadores. Isso não torna toda controvérsia jurídica uma forma de censura. Indica, porém, que os efeitos de processos e notificações sobre a liberdade acadêmica precisam ser analisados caso a caso, com atenção às partes, aos fundamentos e aos resultados.

É nesse ponto que a experiência recente nos campi se conecta a uma gramática mais antiga. No Brasil, um dos marcos desse movimento foi a ascensão do projeto Escola Sem Partido[24], que, no início da década de 2000, sob o argumento de combater a "doutrinação

[22] Ver Moreira e Pereira (2024).
[23] Ver Fachin e Kirchhoff (2024).
[24] Escola Sem Partido foi um movimento político que, sob o argumento da neutralidade ideológica, propôs restrições ao tratamento de temas como gênero e direitos humanos nas escolas. Sobre sua passagem do combate à suposta "doutrinação marxista" para a ofensiva contra a chamada "ideologia de gênero", ver Miguel (2016).

ideológica", propôs uma série de restrições ao ensino e à pesquisa sobre temas considerados sensíveis. Mais do que um embate sobre conteúdo programático, esse tipo de iniciativa participou de uma disputa sobre os limites do debate educacional e de sua legitimidade social. O Escola Sem Partido exemplifica essa articulação entre proposições jurídicas, mobilização política e produção de uma imagem pública das escolas e universidades.

A conexão histórica se torna mais visível quando se observa que, inicialmente, a ofensiva do projeto Escola Sem Partido estava concentrada na educação básica, com um forte foco na censura de conteúdos escolares e no enquadramento de professores como agentes de doutrinação ideológica. No entanto, esse eixo de mobilização vem se transformando desde 2018, quando os ataques à liberdade acadêmica começaram a se expandir para o ensino superior. Um dos primeiros marcos dessa inflexão ocorreu com a tentativa de censura à disciplina "O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil", oferecida pelo professor Luis Felipe Miguel na Universidade de Brasília (UnB). A proposta do curso, que se baseava na análise política e jurídica do *impeachment* de Dilma Rousseff, foi imediatamente atacada por figuras do governo e setores conservadores, que passaram a exigir a regulação ideológica das universidades. Essa nova frente de disputa evidenciou que a estratégia de deslegitimação da pesquisa não se restringia mais à educação básica, mas passava a mirar diretamente o ensino superior e a autonomia universitária.

A passagem das disputas sobre a educação básica para o ensino superior ajuda a conectar os dois eixos deste artigo. À medida que pressões sobre temas, currículos e pesquisadores alcançam a experiência cotidiana dos campi, o risco deixa de ser apenas simbólico e pode se manifestar em processos judiciais, hostilidades digitais, vigilância sobre pesquisas e intervenções presenciais. O problema também deixa de estar restrito ao pesquisador individual. Ele alcança estudantes, docentes, funcionários e as próprias condições institucionais do debate acadêmico. Diante disso, torna-se necessário articular a segurança da pesquisa à proteção coletiva da vida universitária.

Trabalho de campo em situações de risco e com temas sensíveis

Minha inserção no campo com grupos de direita teve início em 2015, no contexto das manifestações secundaristas contra a reorganização escolar em São Paulo. Na época, meu foco era estudar os estudantes mobilizados nas ocupações. Durante uma tentativa

de trabalho de campo em uma escola ocupada em Diadema, deparei-me com um grupo contrário à mobilização estudantil. Do lado de fora, um pequeno grupo de jovens e pais protestava pela desocupação. Esse encontro, inicialmente fortuito, acabou se tornando um elemento central na reconfiguração da minha pesquisa, deslocando o foco da observação e abrindo um novo eixo de investigação sobre atores conservadores e seus modos de mobilização.

A partir desse contato, passei a acompanhar manifestações organizadas por jovens da direita emergente na cidade de São Paulo. Entre 2015 e 2016, participei de protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e contra o Partido dos Trabalhadores (PT), o que me permitiu observar como esses manifestantes se consolidavam politicamente, criavam redes de mobilização e incorporavam novos discursos à sua pauta. Durante esse período, testemunhei a formação de coletivos conservadores que, anos depois, ganhariam projeção na nova direita brasileira e que passariam a apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência.

À medida que a cena política se transformava, a desconfiança em relação à minha presença também crescia. Enquanto alguns interlocutores passaram a me ignorar, outros questionavam explicitamente minhas intenções ao estudar o grupo. Essa tensão ficou particularmente evidente em manifestações contra a filósofa Judith Butler, em 2017, quando, acompanhado de uma equipe de pesquisa, fui inicialmente impedido de aplicar questionários. Somente após muita negociação de entrada em campo, a situação se reverteu e passei a ser aceito para entrevistas, ganhando maior liberdade para circular nos eventos.[25]

Mesmo com essa aceitação parcial, a desconfiança nunca desapareceu por completo. Em diversas ocasiões, minha presença foi questionada; em um protesto, por exemplo, três militantes cercaram-me exigindo que eu mostrasse minhas anotações no celular. Ao recusar, o clima se tensionou até que a liderança do grupo interveio. Episódios como esse se repetiram, acompanhados de comentários jocosos em uma linha tênue entre brincadeiras e ameaças de retaliação, a depender dos resultados da minha pesquisa. Embora tais ameaças não tenham se concretizado, o clima de vigilância constante exigiu uma revisão dos meus protocolos de segurança no campo.

[25] Essas experiências foram posteriormente sistematizadas em minha dissertação de mestrado, dedicada à formação e à trajetória do ativismo conservador em São Paulo entre 2016 e 2018 (Kalil, 2022). Naquele trabalho, as mobilizações contra Judith Butler integraram a análise das formas de publicização de pautas morais e religiosas e da formação de públicos conservadores. Retomo aqui esse percurso sob outro ângulo, concentrando-me nos efeitos dessas situações sobre o trabalho de campo e na elaboração gradual de procedimentos de segurança.

Foi nesse contexto que percebi que os riscos não se limitavam ao ambiente das manifestações ou aos encontros com determinados grupos, mas podiam se estender para além do campo de pesquisa, afetando minha rotina e segurança pessoal. Após eventos públicos, por vezes observei movimentações que sugeriam tentativas de monitoramento. Essas experiências reforçaram a necessidade de adotar medidas de proteção, como o planejamento de trajetos, a redução de exposições desnecessárias e o estabelecimento de protocolos básicos de segurança.

Esse aprendizado ganhou outra dimensão quando meu campo de pesquisa se expandiu para incluir não apenas manifestações de rua, mas também a atuação parlamentar da extrema direita. Ao acompanhar disputas legislativas e projetos de lei ligados a agendas conservadoras, observei que alguns atores e organizações mobilizavam com frequência instrumentos jurídicos e contestações institucionais. Esse dado me levou a incorporar ao protocolo a possibilidade de litígios e questionamentos públicos, sem presumir que toda atuação jurídica tivesse finalidade persecutória.

Foi da combinação dessas experiências que passei a sistematizar práticas de segurança para a pesquisa e no trabalho de campo. Estar em campo, nesses casos, é lidar com incertezas permanentes. Isso exige perguntar como construir relações de confiança sem abrir mão do olhar analítico e como manter a integridade pessoal e a continuidade da pesquisa diante de vigilância, ameaças ou hostilidade. Essas perguntas não têm respostas únicas, mas atravessam qualquer investigação que se proponha a compreender os mundos sociais em disputa. A seguir, discuto os princípios éticos que orientaram minhas decisões no campo e as estratégias práticas que emergiram desse processo.

Considerações éticas no trabalho de campo em situações de risco e temas sensíveis

Realizar pesquisa em contextos politicamente tensionados e com temas sensíveis não é apenas uma questão de método. Envolve também posicionamento, escuta e atenção constante aos efeitos da presença do pesquisador sobre o campo. Trabalhar em ambientes marcados por desconfiança, nos quais o pesquisador pode ser percebido como inimigo ou infiltrado, exige um equilíbrio delicado. Aproximar-se o suficiente para compreender os sentidos em disputa, sem comprometer a integridade do processo investigativo, torna-se

um desafio ético cotidiano. A questão não se limita ao cumprimento de protocolos formais, como consentimento e anonimato, mas exige uma postura reflexiva sobre as próprias condições de pesquisa e os impactos, por vezes imprevisíveis, que ela pode gerar tanto para os participantes quanto para o próprio pesquisador.

A aproximação com os participantes da pesquisa nesses contextos é fundamental para o acesso às informações e para a compreensão aprofundada dos fenômenos observados. No entanto, esse movimento carrega implicações éticas importantes. Em contextos polarizados, a presença do pesquisador tende a ser interpretada por filtros morais e políticos, podendo ser percebida como aliada ou como espiã. Essas percepções alteram a dinâmica do grupo, tensionam as interações e podem moldar os próprios discursos dos interlocutores. Zenobi (2010) alerta que o antropólogo deve articular empatia e crítica. Em linha com esse conselho, procurei adotar uma escuta sensível que preservasse tanto a integridade da pesquisa quanto a segurança dos envolvidos.

Essa experiência suscita uma pergunta que acompanhou meu percurso no mestrado e no doutorado e que foi formulada com frequência por colegas e professores. É possível manter a imparcialidade diante de temas sensíveis e ao trabalhar com grupos radicalizados?

A própria noção de imparcialidade metodológica, nesses contextos, exige problematização. Quando o pesquisador é percebido, ao mesmo tempo, como aliado por uns e intruso por outros, a neutralidade se torna não apenas inalcançável, mas questionável. Em vez de perseguir uma pretensa objetividade, é mais produtivo reconhecer que o campo é atravessado por relações de poder, afetos e interpretações mútuas, que interferem diretamente na construção dos dados e nas formas de análise. Refletir sobre essas tensões não enfraquece a pesquisa; pelo contrário, fortalece sua densidade e responsabilidade.

Essa disposição em escutar, no entanto, não se reduz a uma técnica de entrevista ou a um gesto formal. Como propõe Martínez-Moreno (2018), trata-se de sustentar uma escuta situada, capaz de captar o modo como os interlocutores se posicionam, performam e disputam sentidos em contextos marcados por tensão e risco. Escutar, nesse caso, implica estar atento ao que se diz, mas também ao que é silenciado, às hesitações e às formas de autocensura ou encenação. Essa atenção ao contexto e à densidade afetiva das falas ajuda a evitar projeções interpretativas precipitadas e permite ao pesquisador construir descrições mais afinadas com as dinâmicas vividas no campo.

Praticar a escuta, em contextos sensíveis, exige mais do que atenção ao conteúdo das falas. Ela exige vigilância constante sobre a própria postura do pesquisador, suas atitudes, sua linguagem e seus modos de estar presente. Pequenos gestos, escolhas de palavras ou mesmo o tom adotado nas interações podem reforçar interpretações equivocadas, afetar a confiança construída ou gerar ruídos na coleta de dados. Por isso, é fundamental adotar estratégias comunicativas que deixem claro o lugar da pesquisa como uma escuta analítica, comprometida com a descrição cuidadosa das situações e com o respeito às dinâmicas em curso. Essa postura não apenas amplia a qualidade da análise, como também protege os participantes, evitando que a presença do pesquisador desestabilize relações internas, exponha sujeitos a retaliações ou produza efeitos indesejados. Garantir o anonimato, obter o consentimento informado e manter atenção constante às implicações da presença são, nesse sentido, não apenas exigências formais, mas dimensões centrais de qualquer investigação comprometida com a segurança de quem se dispõe a participar dela.

Em síntese, trabalhar com temas sensíveis em contextos de risco exige mais do que planejamento técnico e requer uma postura ética que se constrói no cotidiano da pesquisa, feita de escuta, vigilância e adaptação constante. As experiências relatadas até aqui mostram que estabelecer procedimentos de inserção não significa apenas garantir acesso ao campo, mas criar condições para que essa entrada ocorra de modo respeitoso, crítico e atento às vulnerabilidades envolvidas. Essa abordagem, além de favorecer uma compreensão mais fiel das dinâmicas sociais investigadas, também contribui para construir um ambiente de pesquisa que seja, ao mesmo tempo, mais seguro, mais ético e mais sensível às relações que o campo exige.

Foi a partir desse acúmulo de experiências que os protocolos discutidos a seguir começaram a ser formulados. Eles resultam da necessidade de responder a riscos observados no trabalho de campo, de rever procedimentos diante de situações de hostilidade e de transformar aprendizados práticos em orientações metodológicas mais amplas para pesquisas qualitativas em contextos sensíveis.

Com base nessas premissas, apresento, a seguir, as estratégias de inserção em campo e os protocolos de segurança elaborados aqui propostos.

Protocolos de segurança na pesquisa acadêmica em situações de risco

As estratégias de segurança que apresento a seguir não foram pensadas como um conjunto prévio de regras, mas como respostas situadas às tensões vividas em campo. Em diferentes momentos da pesquisa, ficou evidente a centralidade de pensar a segurança como dimensão inseparável do próprio trabalho de campo. A segurança aqui proposta exige preparação, mas também improviso, escuta e atenção constantes aos efeitos da minha atuação. Essa proposta dialoga com a coletânea organizada por Guevara e Bøås (2020), que enfatiza a flexibilidade e a reflexividade em pesquisas conduzidas em contextos violentos e politicamente fechados. Nessa perspectiva, a segurança constitui uma prática situada e adaptável às circunstâncias específicas de cada campo.

A relevância desses protocolos não autoriza, contudo, a classificação prévia de pessoas ou grupos. O risco precisa ser avaliado a partir de situações, comportamentos documentados e condições concretas de pesquisa. Como referência para esse tipo de avaliação, recorro a Hamadou Boiro (2024), cujo Estudo compreensivo sobre a radicalização e extremismo violento sistematiza características associadas a processos de radicalização, como rigidez ideológica, legitimação da violência e práticas de recrutamento. Essas categorias podem orientar perguntas sobre o campo, mas não devem ser aplicadas automaticamente aos interlocutores nem servir como prova de intenção individual.

Por isso, mais do que pressupor como determinado grupo percebe a academia, importa observar sinais concretos de desconfiança, restrição de acesso ou atribuição do papel de infiltrado ao pesquisador. Zenobi (2010) mostra que acusações de espionagem contra antropólogos e cientistas sociais devem ser compreendidas no interior das relações políticas do campo. No contexto brasileiro, discursos que enquadram pesquisas sobre gênero, direitos humanos e movimentos políticos como ativismo podem produzir hostilidade e vigilância. Cabe ao pesquisador documentar quando e como isso ocorre, sem universalizar essas percepções para todos os interlocutores.

Essa observação situada precisa alcançar também o ambiente digital. Kong et al. (2021) propõem um método misto para identificar como opiniões extremas emergem e se difundem em discussões online, combinando observação qualitativa e procedimentos computacionais. Investigações desse tipo ampliam a capacidade de análise de comunidades digitais, mas também aumentam a exposição e a rastreabilidade do pesquisador. Postagens

públicas, mecanismos de busca e cruzamento de dados podem facilitar sua identificação ainda que nenhum ator tenha anunciado a intenção de monitorá-lo. Campanhas de deslegitimação, assédio virtual e ataques coordenados devem, portanto, ser tratados como possibilidades a prevenir e como ocorrências a documentar, não como condutas atribuídas previamente a todos os participantes observados.

A sequência dessas vulnerabilidades alcança, por fim, a judicialização da pesquisa, que pode se configurar como ameaça concreta para acadêmicos que investigam temas sensíveis. Como discute Melvina Araújo (2024), a produção de conhecimento nesses campos pode expor pesquisadores a contestações públicas e jurídicas capazes de constranger ou interromper o trabalho acadêmico. Para mitigar essas ameaças, é essencial adotar precauções jurídicas, como buscar respaldo institucional, consultar assessoria legal antes de divulgar materiais sensíveis e articular-se com redes acadêmicas que ofereçam suporte diante de eventuais contestações.

Segurança no campo e estratégias de inserção

Pesquisas em situações de risco impõem desafios singulares e exigem estratégias capazes de reduzir ameaças à integridade do pesquisador. Conforme Boiro (2024), alguns contextos de radicalização são marcados por desconfiança em relação às instituições acadêmicas, à mídia e a atores externos. Utilizo essa referência de modo procedimental. Ela ajuda a identificar sinais de fechamento, hostilidade ou atribuição do papel de opositor ao pesquisador, mas não autoriza classificar pessoas com base apenas em suas posições políticas. A inserção gradual, a construção de relações de confiança e a preparação para eventuais hostilidades devem responder a fatos observados e ser revistas à medida que o campo se transforma.

Em contextos polarizados, a forma como o pesquisador se insere no campo não é apenas uma questão técnica, mas parte constitutiva da própria produção de conhecimento. A partir das minhas experiências, desenvolvi uma abordagem de inserção gradual, inspirada na proposta de "seguir os atores" e "levar a sério os atores", formulada por Bruno Latour (2012), que exige atenção às práticas e aos discursos antes da aplicação de categorias externas. De modo complementar, a cartografia das controvérsias proposta por Tommaso Venturini (2010) convida a observar o campo como algo em constante transformação,

atento às disputas em aberto, aos afetos mobilizados e às posições ocupadas pelos atores. Nessa perspectiva, a inserção é um processo imersivo e flexível, guiado pela escuta e pela revisão contínua das interpretações do pesquisador.

A seguir, apresento uma proposta de avaliação de risco a partir da combinação entre experiências pessoais de campo e referências discutidas ao longo do texto. Embora não esteja diretamente presente nos relatórios analisados, ela se apoia em parâmetros inspirados por documentos como *Scholars at Risk* (Layus; Alves, 2023), a série "Pensar sem Medo" e os estudos do GPPi. A intenção é oferecer uma ferramenta flexível que auxilie na tomada de decisões em situações de vulnerabilidade, respeitando as particularidades de cada contexto e a dinâmica do trabalho de campo.

Quadro 1 – Modelo de avaliação de risco e medidas de segurança em ambientes de pesquisa

Nível de Risco	**Características da Situação**	**Procedimentos e Estratégias de Segurança**
Baixo Risco	Situações em ambientes públicos, sem registro relevante de violência ou hostilidade e com interlocução transparente.	- Realizar contato prévio com mediadores ou representantes do grupo.
		- Formalizar o projeto por meio de registros institucionais.
		- Planejar rotas e monitorar continuamente o ambiente durante a pesquisa.
Médio Risco	Situações em que foram registrados episódios ocasionais de hostilidade ou desconfiança, em ambientes físicos ou digitais, sem histórico consistente de violência.	- Adotar uma inserção gradual e cautelosa, fundamentada na prática de "seguir os atores" e "se levar a sério os atores".
		- Utilizar estratégias de escuta atenta para captar nuances dos discursos.
		- Minimizar a exposição de dados pessoais e monitorar constantemente a situação.
Alto Risco	Situações com histórico documentado de perseguição, intimidação ou retaliação política e com risco elevado de violência	- Considerar a realização de pesquisas remotas (por exemplo, análise de redes sociais e documentos públicos).

Nível de Risco	Características da Situação	Procedimentos e Estratégias de Segurança
	ou de ações legais contra pesquisadores.	- Adotar medidas avançadas de segurança digital e jurídica, inclusive consultando assessoria especializada.
		- Estabelecer protocolos rigorosos de proteção pessoal e dos dados, evitando inserções diretas que possam comprometer a segurança.

Fonte: elaboração própria.

Essa classificação não deve ser encarada como rígida ou definitiva, nem utilizada para rotular pessoas ou inferir periculosidade a partir de posições políticas. Trata-se de uma ferramenta para orientar decisões a partir de fatos documentados, que precisam ser periodicamente revistos. Contextos inicialmente avaliados como de baixo risco podem se tornar imprevisíveis após algumas interações. Por isso, o pesquisador deve acompanhar as mudanças do campo e ajustar suas estratégias conforme as relações e situações efetivamente se desenvolvem.

Segurança física no campo e estratégias de proteção

Após a discussão sobre os desafios e as estratégias de inserção em campo, que enfatizaram a importância de uma abordagem gradual e adaptável para estabelecer relações de confiança e minimizar riscos, é fundamental aprofundar a atenção em uma dimensão igualmente crítica, a segurança física do pesquisador e dos participantes da pesquisa.

Nessa perspectiva, a condução de pesquisas em situações de risco, sobretudo em ambientes politicamente tensionados ou com registro prévio de hostilidade, demanda não apenas um planejamento metodológico robusto, mas também a adoção de medidas específicas que garantam a integridade física durante as atividades de campo. Cada modalidade de pesquisa apresenta diferentes níveis de risco, o que exige a implementação de estratégias de segurança adaptáveis à realidade de cada situação. Para orientar essa abordagem, os desafios da segurança física podem ser organizados em

categorias que relacionam as modalidades de pesquisa, os desafios inerentes a cada uma delas e as consequências potenciais, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais desafios de segurança física em diferentes modalidades de pesquisa

Modalidade de Pesquisa	**Principais Desafios**	**Possíveis Consequências**
Trabalho de campo em protestos e manifestações	Confrontos entre manifestantes e forças policiais; risco de identificação pelos atores estudados ou opositores; possibilidade de detenção por forças policiais.	Exposição à violência; apreensão de equipamentos ou materiais; necessidade de evacuação emergencial.
Entrevistas presenciais em situações de risco ou com interlocutores que manifestem hostilidade	Desconfiança e hostilidade dos entrevistados; risco de intimidação durante ou após a entrevista; ambiente potencialmente inseguro.	Situações de tensão; ameaça direta; restrição futura ao acesso ao campo.
Grupos focais e participação em eventos organizados pelos atores estudados	Maior vigilância e suspeita sobre o pesquisador; dificuldade em gerenciar informações sensíveis e evitar ser identificado como infiltrado.	Possível expulsão do grupo; limitação no acesso a informações; risco de ser considerado ameaça interna.
Pesquisas remotas (entrevistas online, análise de redes sociais etc.)	Menor risco físico, mas desafios relacionados à verificação da autenticidade das informações e à exposição a riscos digitais associados.	Possibilidade de ataques virtuais; coleta de dados imprecisa ou enviesada.

Fonte: elaboração própria.

Com base nessa análise, foi desenvolvido um conjunto de protocolos de segurança física, fruto de experiências práticas, que visam minimizar a exposição do pesquisador e criar condições seguras para a realização da pesquisa. Esses procedimentos encontram-se resumidos no Quadro 3, que apresenta as estratégias e suas respectivas aplicações práticas.

Quadro 3 – Protocolos de segurança física para pesquisadores em campo

Medida de Segurança	**Aplicação Prática**
Planejamento e Mapeamento Prévio	É fundamental conhecer o ambiente antes mesmo de iniciar a pesquisa. Recomenda-se identificar antecipadamente áreas mais seguras e potenciais locais de risco, planejando rotas alternativas e definindo locais seguros para se retirar em emergências. Além disso, é aconselhável informar pessoas próximas e confiáveis sobre onde e quando as atividades serão realizadas.
Cuidados com a Aparência e Equipamentos	Evitar o uso de vestimentas ou acessórios que vinculem o pesquisador a um grupo específico; reduzir a utilização de equipamentos chamativos que possam atrair atenção indesejada.
Comunicação e Redes de Apoio	Ter contatos de redes de apoio disponíveis.
Escolha Estratégica dos Locais de Pesquisa	Priorizar a realização de entrevistas e atividades em locais públicos; evitar deslocamentos desnecessários ou sem planejamento prévio.
Gestão de Informações Sensíveis	Adotar uma postura de comunicação estratégica; armazenar e gerenciar dados de maneira segura, evitando a exposição de informações confidenciais.

Fonte: elaboração própria.

É importante destacar que a implementação desses protocolos exige uma avaliação constante dos riscos e disposição para ajustar as estratégias conforme a evolução das condições no campo. Embora tais medidas não garantam segurança absoluta, elas representam um avanço significativo na preparação do pesquisador para lidar com os desafios do ambiente físico, complementando as estratégias apresentadas no item 4.1. Na próxima seção, discuto os desafios da segurança digital, abordando estratégias para proteger dados, evitar rastreamentos indesejados e mitigar ameaças no ambiente virtual.

Segurança digital e proteção da pesquisa em ambientes virtuais

Além dos riscos físicos discutidos no item anterior, a pesquisa em ambientes politicamente tensionados e em outros contextos de risco impõe desafios específicos no ambiente digital. A coleta de dados, a interação com interlocutores e a divulgação dos resultados, quando realizadas por meio de plataformas digitais, podem expor o pesquisador a ameaças como monitoramento constante, ataques coordenados, invasão de contas em redes sociais e vazamento indesejado de informações pessoais. Essa vulnerabilidade aumenta a necessidade de adotar práticas e protocolos de segurança digital robustos.

Para mitigar esses riscos, é fundamental que os pesquisadores adotem boas práticas baseadas em manuais e *frameworks* reconhecidos internacionalmente. Entre eles, destacam-se materiais desenvolvidos pela Scholars at Risk[26], organização que oferece orientações práticas para a proteção de dados e identidade em contextos de risco.

A seguir, apresento os principais desafios da segurança digital para pesquisadores em situações de risco.

Quadro 4 – Principais desafios da segurança digital na pesquisa

Categoria	**Desafios**	**Possíveis Consequências**
Exposição do Pesquisador	Risco de doxing (exposição de dados pessoais online); assédio digital e campanhas coordenadas; monitoramento indevido por atores externos.	Vazamento de informações pessoais; ameaças e intimidação; prejuízo à credibilidade acadêmica.
Proteção dos Dados	Invasão de contas e dispositivos; armazenamento inseguro de documentos sensíveis; coleta não autorizada de metadados.	Perda de dados sigilosos; comprometimento de interlocutores; exposição da identidade de fontes confidenciais.
Invasão de Contas Pessoais	Tentativas de *hacking* em e-mails, redes sociais e outros serviços.	Roubo de informações privadas; alteração ou exclusão de documentos essenciais; comprometimento da pesquisa.

[26] SCHOLARS AT RISK. *Digital Security Toolkit for Academics,* Journalists *and Human Rights Defenders*. Disponível em: https://www.scholarsatrisk.org/resources/digital-security-toolkit/. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

Categoria	Desafios	Possíveis Consequências
Interação em Ambientes Digitais	Monitoramento de comunicações; riscos associados à observação ou participação em fóruns fechados e ambientes digitais politicamente sensíveis.	Rastreamento e vigilância online; comprometimento da segurança do pesquisador.
Ameaças à Integridade da Pesquisa	Tentativas de desinformação; falsificação ou manipulação de fontes; disseminação de *fake news* para desacreditar o trabalho acadêmico.	Distorção dos resultados; dificuldades na publicação; impactos negativos na reputação acadêmica.

Fonte: elaboração própria, com base em *Scholars at Risk* (s.d.).

Dado esse cenário, é fundamental que pesquisadores adotem protocolos de segurança digital que minimizem a exposição a essas ameaças e garantam a proteção dos dados coletados. O Quadro 5 apresenta algumas estratégias recomendadas.

Quadro 5 – Protocolos de segurança digital para pesquisadores

Medida de Segurança	Aplicação Prática
Uso de Redes Virtuais Privadas (VPNs) e Navegação Segura	Utilizar redes virtuais privadas para ocultar o endereço IP e evitar rastreamento.
Criptografia de Comunicação	Adotar aplicativos com criptografia ponta a ponta (por exemplo, Signal) para comunicações e entrevistas.
Armazenamento Seguro de Dados	Manter *backups* criptografados em dispositivos externos ou serviços confiáveis; evitar o armazenamento de documentos sensíveis em plataformas abertas.
Segurança de Acessos Digitais	É recomendável utilizar aplicativos confiáveis para gerenciar senhas, garantindo que sejam complexas e únicas para cada serviço. Além disso, ativar mecanismos como a autenticação em duas etapas (2FA) adiciona uma camada essencial de segurança para e-mails e redes sociais.

Medida de Segurança	Aplicação Prática
Minimização da Pegada Digital	Limitar a divulgação de informações pessoais online; configurar perfis com robustas configurações de privacidade; desativar geolocalização, quando não necessária.
Canais Seguros para Interação Online	Criar perfis para a pesquisa para interagir em fóruns e redes; evitar a divulgação de detalhes específicos de seus dados.
Prevenção contra *Doxing* e Assédio Online	Monitorar a exposição de dados pessoais por meio de alertas e ferramentas de segurança.

Fonte: elaboração própria, com base em *Scholars at Risk* (s.d.).

A segurança digital, assim, se torna um dos principais eixos de segurança para pesquisadores que lidam com temas sensíveis, especialmente em situações de risco ou em ambientes politicamente tensionados. A adoção de boas práticas não apenas protege a integridade do pesquisador, mas também garante que os dados coletados permaneçam seguros e confiáveis. Assim como ocorre na segurança física, não existe um protocolo único aplicável a todas as situações. Cada pesquisador deve avaliar os riscos específicos do seu campo de estudo e adotar as estratégias mais adequadas ao seu perfil e contexto de pesquisa.

No próximo item, discutirei a segurança jurídica, abordando os desafios legais enfrentados por pesquisadores e as estratégias para mitigar possíveis litígios decorrentes do trabalho nesses contextos.

Segurança jurídica e proteção legal para pesquisadores em situações de risco

A pesquisa realizada em contextos de risco não se limita aos desafios operacionais e digitais. Ela também pode enfrentar contestações jurídicas capazes de afetar a continuidade e a integridade das investigações. Essas contestações podem assumir a forma de processos, notificações extrajudiciais ou questionamentos institucionais sobre o mérito e a parcialidade da pesquisa. A ocorrência e o significado de cada medida precisam ser analisados caso

a caso. Não é adequado presumir coordenação ou finalidade intimidatória sem evidência. Ainda assim, seus efeitos podem alcançar o pesquisador e seus interlocutores, o que torna importantes as medidas preventivas e o suporte institucional.

No Brasil, A Plataforma Brasil já contempla, em suas normativas, orientações específicas para as Ciências Humanas e Sociais — como a Resolução CNS nº 510/2016 e a Carta Circular nº 110/2017[27]. Tais instrumentos definem diretrizes para a pesquisa na área, incluindo a elaboração de planos de gerenciamento de riscos e a proteção do sigilo das informações. Embora esses instrumentos se concentrem sobretudo na proteção dos participantes, podem oferecer parâmetros úteis para o planejamento de medidas preventivas e para a proteção das informações produzidas durante a pesquisa.

Para lidar com essas vulnerabilidades, é essencial que os pesquisadores adotem medidas jurídicas preventivas e fortaleçam o suporte institucional. O Quadro 6 sintetiza os principais riscos jurídicos identificados.

Quadro 6 – Principais riscos jurídicos na pesquisa

Categoria	**Riscos Jurídicos**	**Possíveis Consequências**
Processos por Crimes contra a Honra	Alegações de calúnia, injúria ou difamação apresentadas por pessoas ou organizações mencionadas na pesquisa, sem presumir previamente a intenção de quem as formula.	Ações judiciais individuais; necessidade de defesa legal; sanções civis ou criminais.
Notificações Extrajudiciais e Pressões Públicas	Notificações para remover ou alterar conteúdos da pesquisa; medidas apresentadas por advogados que podem produzir efeito intimidatório.	Restrição ou atraso na divulgação dos resultados.
Sigilo de Fontes e Proteção de Dados Sensíveis	Exigência judicial para revelar informações sobre interlocutores ou entregar de documentos sensíveis.	Exposição de fontes confidenciais; risco de perseguição; impacto na continuidade da pesquisa.

[27] Ver Brasil (2016; 2017).

Categoria	Riscos Jurídicos	Possíveis Consequências
Recirculação e Uso Descontextualizado da Pesquisa	Recirculação ou uso descontextualizado dos achados para sustentar narrativas políticas ou ataques públicos.	Descredibilização do pesquisador; prejuízo à reputação acadêmica.
Questionamentos sobre a Licitude da Pesquisa	Iniciativas que procuram enquadrar a pesquisa como atividade ilegal ou subversiva e que podem produzir efeitos restritivos sobre o trabalho acadêmico.	Risco de investigações formais; sanções institucionais.

Fonte: elaboração própria.

Diante desses desafios, pesquisadores podem adotar protocolos preventivos para reduzir os riscos e garantir a continuidade da pesquisa sem comprometer sua segurança. O Quadro 7 apresenta algumas dessas estratégias.

Quadro 7 – Protocolos de segurança jurídica e institucional para pesquisadores em situações de risco

Medida de Segurança	Aplicação Prática
Consulta Jurídica Prévia	Buscar orientação legal especializada em liberdade acadêmica antes de divulgar dados sensíveis, para avaliar riscos e adotar medidas preventivas.
Sigilo e Proteção de Fontes	Evitar o armazenamento de informações sensíveis em plataformas abertas; utilizar criptografia para proteger as identidades dos interlocutores.
Apoio Institucional Estratégico	Solicitar reconhecimento e apoio formal da instituição distribui os procedimentos de resposta e reduz o isolamento individual do pesquisador. Esse respaldo também permite acionar assessorias responsáveis e documentar as providências adotadas diante de contestações jurídicas.

Medida de Segurança	**Aplicação Prática**
Cuidados na Divulgação	Antes de publicar resultados ou materiais coletados em campo, é necessário avaliar cuidadosamente cada informação, garantindo que indivíduos ou grupos mencionados não sejam expostos indevidamente. Uma análise criteriosa dos textos reduz o risco de acusações judiciais relacionadas à difamação ou à violação da privacidade.
Monitoramento de Notificações e Processos	Criar alertas para acompanhar menções públicas sobre a pesquisa e contar com o apoio institucional em casos de litígios.
Rede de Apoio Acadêmico e Jurídico	Articular parcerias com redes de proteção, como Scholars at Risk, e órgãos de direitos acadêmicos, para obter suporte em situações de crise.
Conhecimento das Leis Locais e Internacionais	Manter-se constantemente atualizado sobre a legislação aplicável à liberdade de pesquisa e ao sigilo de dados (por exemplo, LGPD[28], Constituição Federal, Código Penal).

Fonte: elaboração própria.

Embora seja impossível eliminar totalmente os riscos jurídicos, protocolos preventivos podem reduzir a exposição, melhorar a capacidade de resposta e demonstrar diligência na condução da pesquisa. Essas medidas contribuem para proteger o pesquisador, seus interlocutores e a continuidade do trabalho acadêmico, sem garantir antecipadamente o resultado de eventuais controvérsias.

Da segurança do pesquisador à proteção coletiva do campus

Os protocolos discutidos até aqui respondem a riscos enfrentados por pesquisadores durante a aproximação com interlocutores, a coleta de dados e a divulgação dos resultados. Os episódios recentes em universidades brasileiras mostram, contudo, que a segurança acadêmica não pode permanecer atribuída apenas à capacidade individual de antecipar

[28] A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é uma legislação brasileira, sancionada em 2018 e em vigor desde 2020, que estabelece regras para o tratamento e proteção de dados pessoais, tanto por parte do setor público quanto do privado, com o objetivo de garantir a privacidade e os direitos dos titulares desses dados.

ameaças. Quando ações externas resultam em confrontos, exposição não consentida, interrupção de atividades ou posterior circulação política de imagens, a própria universidade passa a integrar o campo de risco. Ela deixa de ser somente o espaço em que a pesquisa ocorre e se torna também parte da situação que exige análise e proteção institucional.

Reconhecer essa dimensão institucional não significa tratar divergências políticas, protestos ou a presença de posições conservadoras como ameaças à segurança. A universidade depende da circulação de pessoas, do dissenso e do debate público. O desafio consiste em distinguir essas práticas legítimas de ocorrências que envolvam intimidação, exposição não consentida, interrupção de atividades, destruição de materiais, violência física ou produção de cenas de confronto para circulação digital. Protocolos institucionais precisam preservar a abertura do campus sem deixar docentes, estudantes e funcionários entregues à gestão individual do risco.

A experiência recente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp) oferece uma referência importante. Após incidentes documentados pela instituição, a comunidade formulou procedimentos coletivos baseados em evitar o contato físico, acionar os setores responsáveis e impedir que a reação ampliasse o confronto e sua circulação digital. Em 2026, segundo notícia do próprio instituto, a direção apresentou ao Ministério da Educação um protocolo construído com participação estudantil, apoio da Reitoria, atuação da Procuradoria Geral e acompanhamento da Secretaria de Vivência nos Campi. O caso mostra que a proteção institucional ganha consistência quando diferentes setores conhecem previamente suas atribuições e conseguem agir de forma coordenada (Diretores[...], 2026; Paiva, 2026).

Uma primeira frente de proteção envolve prevenção e comunicação. As universidades precisam estabelecer canais claros para informar situações de risco, identificar rapidamente os setores responsáveis e orientar a comunidade sobre como agir diante de situações em que atividades sejam interrompidas ou ocorram gravações sem consentimento. Essa preparação não deve resultar em vigilância generalizada. Seu objetivo é reduzir a improvisação nos momentos de tensão e evitar que estudantes, funcionários ou docentes assumam sozinhos tarefas para as quais não receberam apoio ou treinamento.

Uma segunda frente envolve registro e preservação de evidências. Ocorrências dessa natureza costumam aparecer de forma fragmentada em vídeos, postagens, relatos individuais e documentos administrativos. A criação de procedimentos padronizados para

registrar horários, locais, pessoas envolvidas, testemunhos e providências adotadas permite reconhecer recorrências e qualificar respostas posteriores. Esse registro precisa observar a privacidade das pessoas atingidas e evitar a recirculação desnecessária de imagens de violência. A comunicação pública da universidade também deve ser rápida, factual e cuidadosa para que o enquadramento público do episódio não dependa apenas das versões produzidas pelas pessoas envolvidas.

Uma terceira frente diz respeito ao cuidado posterior. A resposta institucional não se encerra com o término da ocorrência ou o fim da gravação. Pessoas feridas, expostas ou transformadas involuntariamente em conteúdo digital podem necessitar de atendimento médico, apoio psicológico, orientação jurídica e auxílio para solicitar a remoção de imagens. A instituição deve assumir parte desse percurso e impedir que os custos físicos, emocionais e financeiros sejam individualizados. O mesmo vale para pesquisadores que enfrentem processos, notificações ou campanhas de deslegitimação em razão de seus temas de estudo.

Por fim, a recorrência de ações em diferentes universidades exige articulação entre instituições. O compartilhamento de registros, decisões administrativas, protocolos e estratégias jurídicas permite identificar padrões que dificilmente seriam percebidos por unidades isoladas. Essa cooperação pode envolver direções acadêmicas, reitorias, procuradorias, associações científicas, sindicatos, organizações estudantis e redes dedicadas à liberdade acadêmica. A proteção das Ciências Humanas não depende de transformar o campus em fortaleza. Ela depende de construir uma capacidade coletiva de reconhecer situações de intolerância, responder de maneira proporcional e sustentar as condições democráticas da produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, a segurança acadêmica deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada. Pesquisadores continuam precisando avaliar riscos, proteger dados e planejar sua presença em campo, mas essas ações não substituem o dever institucional de garantir condições seguras para pesquisar, ensinar, aprender e debater. A passagem da proteção individual para a proteção coletiva amplia a proposta deste artigo e explicita que defender a pesquisa também significa defender os espaços sociais e institucionais que tornam sua existência possível.

Considerações finais

Retomando o ponto de partida do artigo, minha pesquisa e experiência de campo mostraram que produzir conhecimento em contextos de risco exige combinar rigor metodológico, reflexão ética e adaptação constante às vulnerabilidades do campo. Procurei demonstrar que o trabalho de campo vai além do cumprimento de normas institucionais e demanda estratégias cuidadosas de inserção, baseadas na análise do ambiente e dos atores envolvidos. A proposta de "seguir os atores" e "levá-los a sério" orienta esse movimento, mas não substitui a avaliação factual dos riscos nem autoriza classificações antecipadas. Ela permite ajustar a presença do pesquisador e construir relações de confiança sem comprometer a integridade dos dados e a segurança pessoal.

No primeiro plano dessa abordagem integrada, as medidas de segurança física protegem o pesquisador durante a atuação em ambientes potencialmente hostis. O planejamento do campo, a redução da exposição, a escolha dos locais e o estabelecimento de redes de apoio ajudam a reduzir riscos operacionais. Como as condições podem se transformar rapidamente, essas medidas dependem de monitoramento contínuo e flexibilidade, e não de uma classificação fixa das pessoas pesquisadas.

A mesma lógica de proteção situada se estende ao ambiente digital. Doxing, invasões de contas e monitoramento de comunicações são riscos que podem ser reduzidos com criptografia, gerenciamento rigoroso de senhas, autenticação em duas etapas e minimização da pegada digital. Essas práticas protegem dados e identidades sem pressupor, de antemão, quem produzirá a ameaça. Seu valor está em preparar o pesquisador para ocorrências verificáveis e preservar a integridade da pesquisa.

Essas camadas convergem na segurança jurídica. As normativas brasileiras, como a Resolução CNS nº 510/2016 e a Carta Circular nº 110/2017[29], embora voltadas principalmente à proteção dos participantes, oferecem parâmetros para o planejamento dos riscos e o cuidado com as informações. Consulta jurídica prévia, sigilo das fontes, cautela na divulgação e registro de ocorrências fortalecem a capacidade de responder a processos, notificações e contestações. A análise deve permanecer individualizada, sem atribuir coordenação ou propósito intimidatório quando as evidências não permitirem essa conclusão.

[29] Ver Brasil (2017)

Esse percurso permite compreender que, em contextos de risco, a segurança não constitui dimensão externa à pesquisa, mas integra as próprias condições de produção do conhecimento. As experiências de campo que inicialmente me levaram a formular medidas de proteção individual também ajudam a reconhecer uma vulnerabilidade coletiva das Ciências Humanas. Quando ocorrências nos campi resultam em violência, exposição não consentida ou exploração política de imagens, a defesa da pesquisa passa a depender da capacidade institucional de prevenir danos, acolher as pessoas atingidas, preservar evidências e responder publicamente sem ampliar o confronto ou sua circulação digital.

Essa responsabilidade não pode ser transferida integralmente a pesquisadores, estudantes ou funcionários. Universidades, associações científicas e órgãos públicos precisam construir redes de apoio e procedimentos comuns capazes de preservar a autonomia universitária e a abertura democrática do campus. Proteger quem pesquisa, nesse sentido, é inseparável de proteger o espaço em que o conhecimento é produzido. Diante de restrições à liberdade acadêmica, manter viva a possibilidade de pesquisar e debater constitui uma forma concreta de defender uma sociedade democrática e plural.

Referências

AGÊNCIA O GLOBO. Ato pelo 8/1 em São Paulo acaba em confusão e agressões com ex-deputado bolsonarista. *InfoMoney*, 9 jan. 2026. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/politica/ato-pelo-8-1-em-sao-paulo-acaba-em-confusao-e-agressoes-com-ex-deputado-bolsonarista/. Acesso em: 23 jul. 2026.

ANSEDE, M. Dos millares de los mejores científicos del mundo denuncian "el peligro real" de Trump: "El sistema de ciencia está siendo destruido". *El País*, 1 abr. 2025. Disponível em: https://elpais.com/ciencia/2025-04-01/dos-millares-de-los-mejores-cientificos-del-mundo-denuncian-el-peligro-real-de-trump-el-sistema-cientifico-esta-siendo-destruido.html. Acesso em: 23 jul. 2026.

ARAÚJO, M. Produção de conhecimento x conservadorismo: como sobreviver na pesquisa de temas "sensíveis". *Novos Estudos Cebrap*, 2024. DOI: https://doi.org/10.25091/S01013300202500010003.

ARES, G.; VILLEN, G.; GITAHY, L. M. C.; TESSLER, L. R. Memória e desinformação: os ataques da extrema-direita às universidades brasileiras. *Relações Internacionais*, n. 73, p. 53-66, 2022. DOI: https://doi.org/10.23906/ri2022.73a05

BIANCHI, G. Spray de pimenta e feridos: ação de Pavanato na USP acaba em confusão. *Metrópoles*, 4 mar. 2026. Disponível em: https://www.metropoles.com/sao-paulo/feridos-pavanato-usp-confusao. Acesso em: 23 jul. 2026.

BLAKE, J. What to Know About Trump's Strategy Targeting Colleges' Grants and Contracts. *Inside Higher Ed*, 18 abr. 2025. Disponível em: https://www.insidehighered.com/news/government/politics-elections/2025/04/18/what-know-about-trumps-funding-threats-colleges. Acesso em: 06 abr. 2026.

BOIRO, H. *Estudo compreensivo sobre a radicalização e extremismo violento na Guiné-Bissau*. Bissau: Instituto Marquês de Valle Flôr; Liga Guineense dos Direitos Humanos, 2024. ISBN 978-989-35474-2-7. Disponível em: https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2024/05/estudo-compreensivo-extremismo-observatorio-da-paz-guine-bissau.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. *Carta Circular nº 110-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS, de 8 de dezembro de 2017*. Assunto: preenchimento da Plataforma Brasil em pesquisas com metodologias próprias das Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conep, 2017. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/CartaCircular110.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRITO, A. S. de; VENTURINI, A. C.; CARVALHO, D. R.; SALES, F. R.; ASSIS, M. F. *Como a liberdade acadêmica é monitorada internacionalmente: panorama das principais metodologias e diagnósticos sobre o tema*. São Paulo: Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2022a. Disponível em: https://laut.org.br/wp-content/uploads/2024/03/PSM1_ISBN.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRITO, A. S. de; VENTURINI, A. C.; CARVALHO, D. R.; SALES, F. R.; ASSIS, M. F. *Como a liberdade acadêmica é regulada no Brasil*. São Paulo: Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2022b. Disponível em: https://laut.org.br/wp-content/uploads/2024/03/PSM3_ISBN.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRITO, A. S. de; VENTURINI, A. C.; CARVALHO, D. R.; SALES, F. R.; ASSIS, M. F. *Retrato dos ataques à liberdade acadêmica no Brasil: sistematização das violações com maior repercussão midiática no país desde 2019*. São Paulo: Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2022c. Disponível em: https://laut.org.br/wp-content/uploads/2024/03/PSM2_ISBN.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

CASI 2.000 científicos de élite alertan del "peligro real" de los ataques de Trump a la ciencia. *El País*, 2 abr. 2025. Disponível em: https://elpais.com/expres/2025-04-02/casi-2000-cientificos-de-elite-alertan-del-peligro-real-de-los-ataques-de-trump-a-la-ciencia.html. Acesso em: 17 set. 2026.

CHADÉ, Jamil. Censura de Trump atinge brasileiros e temas como clima e raça são vetados. *UOL Notícias*, 10 fev. 2025. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2025/02/10/censura-de-trump-atinge-brasileiros-e-temas-como-clima-e-raca-sao-vetados.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

DIRETORES do IFCH Unicamp e FFLCH USP se reúnem com o MEC sobre escalada de ataques extremistas nas universidades. Campinas, 11 mai. 2026. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/noticias/151252. Acesso em: 23 jul. 2026.

FACHIN, M. G.; KIRCHHOFF, R. dos S. Liberdade de aprender e ensinar: reflexões a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. *Revista Direito e Práxis*, v. 15, n. 3, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/K7x6L7n7tHqvjCBF4RLKtPr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

FREE to think 2025. *[S. l.]*: Scholars at Risk, 2025a. Disponível em: https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2025/. Acesso em: 17 set. 2026.

FREE to Think 2025: report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project. New York: Scholars at Risk, 2025b. Disponível em: https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2025/09/SAR_F2T2025_8.5x11_FINAL.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

GUEVARA, B. B. de; BØÅS, M. (orgs.). *Doing fieldwork in areas of international intervention: a guide to research in violent and closed contexts*. Bristol: Policy Press, 2020. DOI: https://doi.org/10.2307/j.ctv12pnsgg

KALIL, Á. Do religioso ao civil: reconfigurações da "ideologia de gênero" no espaço público. *Pensata, [S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 21-40, 2018. DOI: https://doi.org/10.34024/pensata.2018.v7.10094. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10094. Acesso em: 23 jul. 2026.

KALIL, Á. *"Deus, pátria e família": o ativismo conservador rumo à uma "direita de verdade"*. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022. Disponível em: https://hdl.handle.net/11600/63994. Acesso em: 17 set. 2026.

KALIL, Á. A fabricação legislativa do antigênero: gramáticas de proteção na ALESP. *Numen*, Juiz de Fora, v. 29, n. 1, p. 179–201, 2026. DOI: https://doi.org/10.34019/2236-6296.2026.v29.51691. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/51691. Acesso em: 23 jul. 2026.

KALIL, I.; SILVEIRA, S. C.; PINHEIRO, W.; KALIL, Á.; PEREIRA, J. V.; AZARIAS, W.; AMPARO, A. B. Politics of fear in Brazil: far-right conspiracy theories on COVID-19. *Global Discourse*, Bristol, v. 11, n. 3, p. 409-425, 2021. DOI: https://doi.org/10.1332/204378921X16193452552605 Disponível em: https://bristoluniversitypressdigital.com

/view/journals/gd/11/3/article-p409.xml. Acesso em: 23 jul. 2026.

KINZELBACH, K.; HOFFMANN, F.. *Forbidden knowledge: academic freedom and political repression in the university sector can be measured: this is how*. Berlin: Global Public Policy Institute, 2018. Disponível em: https://gppi.net/assets/Kinzelbach_Hoffmann_2018_Forbidden_Knowledge.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

KINZELBACH, K.; LINDBERG, S. I.; LOTT, L.; PANARO, A. V. *Academic Freedom Index: Update 2026*. Erlangen; Gothenburg: Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg; V-Dem Institute, 2026. Disponível em: https://academic-freedom-index.net/research/Academic_Freedom_Index_Update_2026.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

KNOX, L. For Fulbright Applicants, a DEI Disqualifier. *Inside Higher Ed*, 29 mai. 2025. Disponível em: https://www.insidehighered.com/news/global/us-colleges-world/2025/05/29/fulbright-applicants-rejected-over-dei-research-proposals. Acesso em: 17 set. 2026.

KONG, Q.; BOOTH, E.; BAILO, F.; JOHNS, A.; RIZOIU, M-A. Slipping to the extreme: a mixed method to explain how extreme opinions infiltrate online discussions. *arXiv*, New York, [s. n.], 2021. DOI: https://doi.org/10.48550/arXiv.2109.00302.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LAYUS, R. F.; ALVES, C. N. R. Alerta do Brasil: por uma abordagem abrangente, interseccional e contextual para a garantia da liberdade acadêmica. New York: Scholars at Risk, 2023. Disponível em: https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2023/03/Policy-Brief-_PORT_Alerta-do-Brasil.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

MARTÍNEZ-MORENO, M. J. Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher. 2018. 350 f. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/32525. Acesso em: 23 jul. 2026.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 3, p. 590-621, 2016. DOI: https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163

MOREIRA, J. V.; PEREIRA, B. M. A. "Ideologia não é ciência": uma análise discursiva acerca da deslegitimação das Humanidades no Twitter. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), [s. l.],* v. 52, n.

2, p. 461-476, 2024. DOI: https://doi.org/10.21165/el.v52i2.3664

NOTA sobre os acontecimentos no Campus Guarulhos. Guarulhos: Unifesp, 16 set. 2025. Disponível em: https://portal.unifesp.br/todos-institucional/nota-sobre-os-acontecimentos-no-campus-guarulhos. Acesso em: 23 jul. 2026.

NOTA da Direção sobre os fatos de 4 de março no campus Butantã. São Paulo: FFLCH-USP, 6 mar. 2026. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/177487. Acesso em: 23 jul. 2026.

PAIVA, V. Membros do MBL invadem Unicamp, agridem estudantes e vandalizam a parede da Biblioteca do IFCH. *IFCH-Unicamp*, Campinas, 25 fev. 2026. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/noticias/149724. Acesso em: 23 jul. 2026.

PERCASSI, J.; SÍGOLO, V. M.; ARANTES, P. F.; MOURA, M.; FOGUEL, D.; SMAILI, S. S.; CHIORO, A. Universidades públicas na mira bolsonarista: doutrinação, balbúrdia e cotas na guerra cultural da extrema-direita. *Revista Eco-Pós*, v. 27, n. 1, p. 378-405, 2024. DOI: https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i1.28033

PRINCETON diz que bolsas federais foram congeladas após medidas do governo Trump contra outras universidades. *Reuters*, 1 abr. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/princeton-says-us-grants-frozen-follows-trump-administration-moves-against-other-2025-04-01. Acesso em: 23 jul. 2026.

SARTI, C.; PEREIRA, E. L.; MEINERZ, N. E. Avanços da Resolução 510/2016 e impasses do sistema CEP-Conep. *Revista Mundaú*, Maceió, n. 2, p. 8-21, 2017.

SCHOLARS AT RISK. Digital Security Toolkit for Academics, Journalists and Human Rights Defenders. New York: Scholars at Risk, [s.d.]. Disponível em: https://www.scholarsatrisk.org/resources/digital-security-toolkit/. Acesso em: 23 jul. 2026.

SINGH, K. *Princeton's US grants frozen, follows Trump actions against other schools*. Reuters, 1 abr. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/princeton-says-us-grants-frozen-follows-trump-administration-moves-against-other-2025-04-01. Acesso em: 17 set. 2026.

SOUZA, H. S. de. Carta à Câmara Municipal de Guarulhos. São Paulo: Adunifesp, 2025. Disponível em: https://adunifesp.org.br/wp-content/uploads/2025/09/Carta-a-Camara-Municipal-de-Guarulhos.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

TRÓI, M. de; NASCIMENTO, B. C. Performances políticas da extrema direita no Brasil: invasões na FFLCH-USP e a circulação digital do ódio ao conhecimento. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 14, p.°e-rbs.1181, 2026. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.1181

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010. DOI: https://doi.org/10.1177/0963662509102694.

VIOLAÇÕES à liberdade acadêmica no Brasil. São Paulo: LAUT, 2022. Disponível em: https://laut.org.br/violacoes-a-liberdade-academica-no-brasil/. Acesso em: 23 jul. 2026.

WEISSMAN, Sara. *Campuses No Longer Off-Limits to ICE*. Inside Higher Ed, 5 fev. 2025. Disponível em: https://www.insidehighered.com/news/government/politics-elections/2025/02/05/campuses-no-longer-limits-ice. Acesso em: 17 set. 2026.

ZENOBI, D. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 471-499, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/PxVw3PG58Sg4xdRxq4zW77S/. Acesso em: 23 jul. 2026.